



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 01/2003

Aprova o Estatuto da Fundação da Cidadania e  
Justiça do Estado do Maranhão.

A PRESIDENTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO,  
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando a Lei Complementar n.º 46, de 20 de novembro de 2000,  
publicada na mesma data que criou a Fundação da Cidadania e Justiça;

Considerando a necessidade de estruturar a referida Fundação para que ela  
possa funcionar efetivamente de modo a atender aos fins que deram origem a  
sua criação

**R E S O L V E**, “ad referendum” do Tribunal Pleno, o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado o Estatuto da Fundação da Cidadania e Justiça do  
Estado do Maranhão, que com esta se publica.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as  
disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

PALÁCIO DA JUSTIÇA “CLÓVIS BEVILÁCQUA” DO ESTADO DO  
MARANHÃO, EM SÃO LUÍS, 17 DE JANEIRO DE 2.003.

Desª ETELVINA LUIZA RIBEIRO GONÇALVES  
PRESIDENTA

**Publicada no Diário da Justiça de 04.02.2003, p. 75-77.**

**ESTATUTO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**ESTATUTO  
FUNDAÇÃO DA CIDADANIA E JUSTIÇA  
SÃO LUÍS – MA  
2003**



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
CAPÍTULO I  
DA CONSTITUIÇÃO E FINS

Art. 1º A Fundação da Cidadania e Justiça, autorizada pela Lei Complementar n.º 46 de 30 de novembro de 2000, publicada no Diário Oficial do Poder executivo nesta mesma data, tem sede e foro na cidade de São Luís e jurisdição em todo o Estado do Maranhão.

Art. 2º A Fundação da Cidadania e Justiça gozará de autonomia administrativa, patrimonial e financeira e terá personalidade jurídica de direito público, independentemente de outras finalidades, com duração indeterminada, sendo vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.

Art. 3º A Fundação terá por sede o imóvel localizado na rua Montanha Russa, n.º 73 – Centro, na cidade de São Luís.

CAPÍTULO II  
DOS OBJETIVOS

Art. 4º Constituem-se objetivos da Fundação:

I – promover a integração do cidadão com o Poder Judiciário do Maranhão e realizar atividades destinadas a difundir e concretizar os direitos garantidos na Constituição, buscando:

- a) acolher, proteger e orientar mulheres vítimas de violência doméstica, oferecendo-lhes condições de superação de crises e carências psicossociais, através da valorização das potencialidades da mulher;
- b) acolher crianças, na faixa etária de 0 a 2 anos, em situação de abandono ou risco, enquanto aguardar o processo de adoção;
- c) atender em creche e pré-escola as crianças de 0 a 6 anos, obedecendo às normas gerais da educação nacional;
- d) garantir o atendimento ao cidadão no que se refere ao registro de nascimento, bem como à respectiva certidão, de acordo com a lei que assegura a gratuidade desse serviço.

CAPÍTULO III  
DO PATRIMÔNIO

Art. 5º O patrimônio da Fundação da Cidadania e Justiça será constituído pelo acervo da Creche “Desembargadora Judith Pacheco”, Casa da Criança “Bom Menino de Jesus”, Casa Abrigo e Central de Registro Civil, acrescido de bens móveis e imóveis, que vier a adquirir por doações, heranças, legados, auxílio e



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

contribuições de pessoas de direito público e privado nacionais e internacionais;

Art. 6º O patrimônio da Fundação será administrado pelo Conselho de Administração e só poderá ser utilizado na realização de suas finalidades, permitida, porém, sua vinculação, arrendamento ou alienação para a obtenção de outros rendimentos aplicáveis ao mesmo fim, obedecidas as exigências legais e este Estatuto.

CAPÍTULO IV  
DAS RECEITAS

Art. 7º Constituem receitas da Fundação:

- I – dotações orçamentárias próprias do Estado ou consignadas em lei;
- II – subvenções, transferências e auxílios federais, estaduais e municipais ou de entidades de direito público, privado, nacionais e internacionais;
- III – doações e outras receitas eventuais;
- IV – doações ou legados;
- V – outros recursos consignados em lei;

Art. 8º Os depósitos e a movimentação do numerário serão feitos exclusivamente em conta da Fundação, junto ao estabelecimento de crédito.

Art. 9º A Fundação submeterá, anualmente, através do Tribunal de Justiça, a prestação de contas, ao exame e julgamento do Tribunal de Contas do Estado, após aprovação pelo Conselho de Administração e parecer da Auditoria Geral do Estado.

CAPÍTULO V  
DA GESTÃO

SEÇÃO I  
DA ESTRUTURA

Art. 10. Para cumprimento de suas finalidades a Fundação terá a seguinte estrutura básica:

- I – Conselho de Administração;
- II – Presidência;
- III – Órgãos de Assessoramento e
- IV – Órgãos de Gerenciamento

SUBSEÇÃO I  
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Art. 11. O Conselho de Administração, órgão de deliberação superior, consultivo e fiscalizador, terá a seguinte composição:

I – como membros natos:

- a) Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;
- b) Representante da Corregedoria-Geral da Justiça;
- c) Presidente da Fundação;

II – como membros eleitos:

- a) Representante dos Juizados Especiais;
- b) Representante dos servidores da Fundação.

Art. 12. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos por seus pares, por maioria simples de seus membros, para um mandato de 3 (três) anos, permitida uma única recondução;

§ 1º O mandato dos suplentes coincidirá com o dos conselheiros a que correspondam;

§ 2º O Presidente do Conselho será substituído, em sua faltas ou impedimentos, pelo Vice-Presidente e, no impedimento deste, por outro membro por ele indicado.

Art. 13. Os membros do Conselho de Administração terão também mandato de 3 (três) anos, permitida uma única recondução;

§ 1º O mandato dos membros do Conselho será exercido gratuitamente;

§ 2º Os suplentes poderão participar dos trabalhos do Conselho, mas só terão direito a voto nos impedimentos e ausências dos membros titulares;

§ 3º O componente do Conselho de Administração titular ou suplente, em exercício, que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, sem justificativa formalmente apresentada e aceita, perderá o mandato, sendo automaticamente substituído por outro, respeitando-se a composição do art. 11;

Art. 14. O Conselho de Administração se reunirá, ordinariamente, uma vez a cada 2 (dois) meses, mediante convocação do seu Presidente e, extraordinariamente, quando convocado pela mesma autoridade ou por 2/3 (dois terços) de seus conselheiros;

Art. 15. O Conselho somente deliberará com a presença do Presidente ou do seu substituto, na forma deste Estatuto e de, pelo menos, a metade mais um de seus membros;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo único. As decisões de que trata este artigo, ressalvados os casos expressos em lei, serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate;

Art. 16. O Presidente da Fundação participará das reuniões do Conselho de Administração sem direito a voto;

Art. 17. Ao Conselho de Administração da Fundação da Cidadania e Justiça, órgão de deliberação superior, consultivo e fiscalizador, compete:

I – aprovar o Regimento da Fundação da Cidadania e Justiça;

II – aprovar o plano plurianual de trabalho;

III – decidir quanto aos suplementos de créditos de dotação, solicitados pelo Presidente da Fundação;

IV – apreciar, aprovar e encaminhar à Auditoria Geral do Estado, balanços, relatórios, boletins e outras informações que permitam o acompanhamento das atividades da Fundação;

V – examinar, julgar e aprovar acordos e quaisquer outras iniciativas da Fundação, para melhor desempenho dos seus programas;

VI – aprovar as propostas de alterações estruturais da Fundação, submetendo-as à homologação do Presidente do Tribunal de Justiça;

VII – supervisionar receitas e despesas da Fundação;

VIII – conceder licença aos membros do Conselho;

IX – resolver os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II  
DA PRESIDÊNCIA

Art. 18. A Presidência da Fundação é órgão executivo e seu presidente será nomeado pelo Presidente do Tribunal de Justiça;

Parágrafo único. As assessorias e os órgãos de gerenciamento serão exercidos por pessoas escolhidas e nomeadas pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 19. São competências da Presidência:



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

I – planejar, supervisionar, coordenar, orientar e controlar as ações da Fundação, de acordo com as deliberações do Conselho de Administração e em compatibilidade com o órgão ao qual está vinculado.

CAPÍTULO VI  
ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO

SEÇÃO I  
DO GABINETE

Art. 20. Ao Gabinete compete assistir ao Presidente em sua representação política e social, incumbindo-se do preparo e encaminhamento de expedientes e do apoio administrativo, bem como da articulação das atividades e da realização de eventos;

SEÇÃO II  
DA ASSESSORIA

Art. 21. À Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas, compete:

I – prospectar cenários variáveis e alternativas estratégicas para a Fundação;

II – fazer análise do ambiente externo da Fundação a fim de criar uma consciência de suas oportunidades e ameaças, e de seus pontos positivos e negativos para o cumprimento de sua missão;

III – estabelecer as direções nas quais a Fundação procura mudar e desenvolver e identificar os meios, instrumentos e capacitações necessárias para seu desenvolvimento;

IV – prestar assessoramento técnico às unidades administrativas da Fundação;

Parágrafo único. As demais atribuições da Assessoria de Planejamento serão definidas no Regimento Interno da Fundação;

CAPÍTULO VII  
SEÇÃO I  
DOS ÓRGÃOS DE GERENCIAMENTO

Art. 22. São competências das Gerências:

I – Gerência Técnica – planejar, dirigir, coordenar, executar e avaliar atividades afins da Fundação;



ESTADO DO MARANHÃO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

II – Gerência Administrativo-Financeira – coordenar e supervisionar a gestão e desenvolvimento de recursos humanos, material e patrimônio, serviços gerais e transportes e a administração financeira e contábil necessárias ao funcionamento da Fundação.

CAPÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Este Estatuto poderá ser reformado no todo ou em parte, por proposta do Conselho de Administração ou do Presidente da Fundação, aprovada pelo referido Conselho.

Art. 24. As atribuições dos cargos e funções serão estabelecidas e definidas no Regimento Interno da Fundação, que será aprovado pelo Conselho de Administração;

Art. 25. O regime jurídico e o regime de trabalho da Fundação é o do direito público administrativo, instituído pela Lei n.º 6.107, de 27 de julho de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão);

Art. 26. Em caso de extinção da Fundação seus bens serão incorporados ao patrimônio do Poder Judiciário (Tribunal de Justiça);

Art. 27. Os membros do Conselho de Administração não perceberão remuneração pelo desempenho de suas funções;

Art. 28. A Fundação prestará contas, nos termos da legislação pertinente, ao Tribunal de Contas do Estado;

Art. 29. O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Administração.